



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC I  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**TONIEDSON DAS NEVES DE SOUSA**

**EDUCAÇÃO COMO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: EU, ESTUDANTE  
QUILOMBOLA, RESISTO!**

**SALVADOR  
2024**

TONIEDSON DAS NEVES DE SOUSA

**EDUCAÇÃO COMO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: EU, ESTUDANTE  
QUILOMBOLA, RESISTO!**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado para a obtenção do grau de  
Licenciatura em Pedagogia, da  
Universidade do Estado da Bahia –  
UNEB.

**Orientador:** Prof. Dra. Ana Paula  
Conceição

SALVADOR

2024

TONIEDSON DAS NEVES DE SOUSA

**UMA VEZ QUE MINHA VOZ FOI OUVIDA, JAMAIS SERÁ ESQUECIDA:  
PERCURSO DE VIDA E FORMAÇÃO.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado para a obtenção do grau  
de Licenciatura em Pedagogia, da  
Universidade do Estado da Bahia –  
UNEB.

**Orientador:** Prof. Dra. Ana Paula  
Conceição.

---

Prof. Mest.. Dailza Araújo Lopes - UESB

---

Prof. Dra Tânia Maria Hetkoeski - UNEB

---

Prof. Dr. Adson dos Santos Bastos - UNEB

SALVADOR

2024

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a Deus, que sempre me deu força nos momentos difíceis. À minha avó, Maria, que me incentivou a buscar o conhecimento e acreditou no poder da educação. Ao meu tio, Manuel, que se sacrificou por mim ao longo dos anos para me proporcionar a chance de estudar.

Agradeço de coração aos meus amigos, especialmente a Jamile Oliveira, cuja confiança e apoio foram essenciais para mim. A minha irmã, Eliene Bispo, merece destaque pelos conselhos valiosos e por me ajudar nas horas de incerteza.

A vocês, que contribuíram para a minha jornada, dedico este trabalho com todo o meu respeito e gratidão. Muito obrigado!

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de dedicar este espaço para expressar minha profunda gratidão a algumas pessoas essenciais na minha jornada até aqui.

Primeiramente, aos meus familiares, que foram meu porto seguro nos momentos mais desafiadores. Agradeço por todo o apoio e compreensão em relação à minha ausência durante as horas em que estive imerso na pesquisa e escrita deste trabalho. Sua paciência e encorajamento foram fundamentais, e cada pequeno gesto de carinho e compreensão fez toda a diferença em minha dedicação a este projeto. Sem vocês, superar os desafios teria sido muito mais difícil.

Aos meus amigos, cuja amizade incondicional iluminou os meus dias. Obrigado por estarem sempre ao meu lado, oferecendo apoio emocional e ânimo quando eu mais precisei. Cada palavra de incentivo, cada risada compartilhada e cada momento de descontração me ajudaram a manter o foco e a motivação ao longo de toda essa jornada. Vocês foram verdadeiros pilares de apoio, e sou grato por ter pessoas tão incríveis em minha vida.

Agradeço também aos meus professores, que desempenharam um papel crucial na minha formação. Suas correções detalhadas e ensinamentos valiosos foram essenciais para que eu pudesse aprimorar meu conhecimento e desenvolver habilidades necessárias para meu crescimento. Cada aula, cada discussão e cada feedback contribuíram significativamente para a qualidade deste trabalho e para a minha evolução profissional. Sou especialmente grato pela paciência que tiveram comigo, sempre dispostos a guiar meu aprendizado e a responder a todas as minhas dúvidas, o que me proporcionou um ambiente de aprendizado enriquecedor.

Por fim, quero agradecer a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Seja com uma palavra de encorajamento, uma crítica construtiva ou uma simples presença ao meu lado, cada ato de apoio foi fundamental. Sinceramente, muito obrigado a todos vocês. Este trabalho é resultado de um esforço coletivo, e sou eternamente grato por ter tido a oportunidade de contar com vocês ao longo dessa jornada.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar como as políticas de ações afirmativas na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) têm contribuído para o acesso, permanência e conclusão do curso superior, com foco na trajetória acadêmica de um estudante quilombola. A pesquisa é de caráter autobiográfico, sendo realizada a partir de uma reflexão pessoal sobre os desafios e estratégias enfrentados ao longo da jornada acadêmica, desde o ingresso até a conclusão do curso. A metodologia adotada é a autobiografia, que permite uma compreensão profunda da experiência individual e de como ela se interrelaciona com as políticas públicas e as condições de permanência na universidade. O estudo revela que, embora o acesso ao ensino superior seja viabilizado pelas políticas de cotas, ainda existem obstáculos significativos para garantir a conclusão do curso, como as dificuldades financeiras e a falta de apoio institucional adequado.

**Palavras-Chave:** Quilombola. Lei 10.639/2003. UNEB. Autobiografia. Ilha da Maré. Ações Afirmativas.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze how affirmative action policies at the State University of Bahia (UNEB) have contributed to access, retention, and completion of higher education, focusing on the academic journey of a quilombola student. The research is biographical, based on personal reflection about the challenges and strategies faced throughout the academic journey, from admission to graduation. The adopted methodology is autobiography, which allows a deep understanding of the individual experience and how it interrelates with public policies and conditions for staying in university. The study shows that, although access to higher education is facilitated by quota policies, there are still significant obstacles to ensuring course completion, such as financial difficulties and the lack of adequate institutional support.

**Keywords:** Quilombola. Law 10.639/2003. UNEB. Autobiography. Ilha da Maré.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>18</b>
<b>3 IDENTIDADE QUILOMBOLA E RESISTÊNCIA CULTURAL</b>	<b>20</b>
3.1 Contexto Histórico quilombola e de ações afirmativas	24
3.2. O Mito da Democracia Racial interligado a Identidade	26
3.3. Políticas públicas para o povo quilombola	28
<b>4 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNEB: HISTÓRIA, IMPACTOS E PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL</b>	<b>33</b>
4.1 Histórico das Políticas de Ações Afirmativas na UNEB	35
4.2 Políticas Específicas da UNEB para os Quilombolas	38
4.2.1 Programas oferecidos	39
<b>5 A Voz que Ecoa: Minha Trajetória Pessoal e a Formação de Identidade</b>	<b>42</b>
5.1 Infância na Ilha de Maré e os Primeiros Contatos com a Educação	42
5.2 A Escola Nossa Senhora das Candeias e Minha Vivência Educacional	46
5.3 A Transição para o Continente: Desafios e Crescimento Pessoal	49
5.4 A Universidade e o Compromisso Social	51
5.5 O Compromisso com a Mudança Social	53
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho emerge dos desafios e estratégias que vivenciei para garantir minha permanência na universidade pública, enquanto homem negro, quilombola e estudante, nascido e criado em Ilha de Maré, uma comunidade remanescente de quilombos. O acesso à educação básica, historicamente precarizado, refletiu um contexto em que, por anos, nos foi negado o direito de afirmar nossa identidade como uma comunidade tradicional. Durante muito tempo, Ilha de Maré permaneceu esquecida pelo poder público, até que, em 2016, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) implementou o programa Universidade para Todos (UPT) na região. Com esperança e determinação, estudantes passaram a enxergar, além do brilho do sol escaldante, a possibilidade de sonhar com um futuro melhor por meio da educação, vislumbrando oportunidades que transcendem o ensino médio.

A Política de Ação Afirmativas, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), foi fundamental para possibilitar que pessoas pertencentes aos grupos historicamente excluídos pudessem chegar ao ensino superior. No entanto, a falta de políticas públicas afeta negativamente o percurso formativo dos estudantes quilombolas no ensino superior, impactando seu sonho de cursar o nível superior, muitas vezes sendo o primeiro da família a chegar a uma universidade. Isso traz consigo a responsabilidade de ser o primeiro, afetando diretamente questões financeiras e de saúde mental, o que pode resultar em um desempenho acadêmico comprometido.

A análise dos dados do Censo da Educação Superior 2023 evidencia a importância das políticas públicas no acesso e na permanência dos estudantes no ensino superior, especialmente para aqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados, como quilombolas. Apesar dos avanços, os desafios persistem no que diz respeito à equidade no percurso acadêmico. A vulnerabilidade socioeconômica, aliada à falta de uma assistência estudantil robusta, impacta diretamente a trajetória desses estudantes, refletindo-se na evasão e na dificuldade de conclusão dos cursos.

Embora os dados demonstrem um avanço significativo para estudantes beneficiados por ações afirmativas, como cotas, Prouni e Fies, as particularidades dos estudantes quilombolas exigem políticas específicas que atendam suas demandas. A falta de moradia estudantil, o acesso precário à alimentação, o transporte limitado e a ausência de programas de apoio à saúde mental constituem

obstáculos que dificultam a permanência e o êxito acadêmico.

Estudos apontam que a entrada na universidade, muitas vezes como pioneira em suas famílias, gera um sentimento de responsabilidade que, somado às dificuldades financeiras, pode intensificar quadros de ansiedade e esgotamento mental. Para os quilombolas, o distanciamento de suas comunidades e raízes culturais também exerce um peso emocional significativo, acentuando a sensação de pertencimento fragmentado.

Nesse sentido, é imprescindível que o poder público desenvolva e amplie políticas de assistência estudantil, que contemplem a diversidade de contextos socioculturais e as necessidades específicas dos estudantes quilombolas. A implementação de programas de permanência com bolsas, apoio psicossocial e infraestrutura adequada torna-se essencial para garantir não apenas o acesso, mas a conclusão exitosa do ensino superior, promovendo, assim, inclusão social e justiça educacional.

O presente trabalho tem como objetivo fomentar uma análise mais ampla e reflexiva acerca das condições e dos desafios enfrentados por esses estudantes, com foco nas questões que envolvem o acesso, a permanência e a conclusão do ensino superior. A desinformação acerca das políticas públicas para estudantes quilombolas dificulta seu acesso, permanência e conclusão do ensino superior.

Dados recentes, provenientes do Censo da Educação Superior de 2022, revelam que, embora o ingresso de alunos por meio de cotas tenha aumentado em 167% nas universidades brasileiras, o número de estudantes quilombolas ainda é muito reduzido: apenas 1,9% dos alunos matriculados se identificam como quilombolas (Brasil, 2023). Essa estatística aponta para a necessidade urgente de uma análise das políticas públicas e suas implementações, que, embora existentes, muitas vezes falham em atender adequadamente às necessidades específicas desse grupo.

As universidades públicas atendem à Lei Federal 12.711/2012, que diz respeito às cotas no ensino superior, e reconhece a necessidade de reparação à dívida histórica que a sociedade e o estado brasileiro têm para com essas populações consideradas minoritárias. Os estudantes quilombolas podem ser atendidos pela lei de cotas vigente no país, a qual é uma conquista coletiva de um movimento vivo em nossa sociedade em busca de uma educação igualitária. As ações afirmativas no Brasil colocam em xeque o projeto de sociedade legitimado

até o momento, calcado em pilares racistas, com uma suposta supremacia essencial de brancos sobre outros grupos raciais, e uma ideologia da mestiçagem (Munanga, 1999), que coadunada com a do branqueamento, mantém as desigualdades vivenciadas e encarnadas na pele negra.

De acordo com Nilma Lino Gomes (2001), as ações afirmativas desempenham um papel crucial na indução de transformações de natureza cultural, pedagógica e psicológica. Tais ações visam desafiar a concepção coletiva que perpetua a ideia de supremacia racial, assim como a subordinação baseada em raça e gênero; reprimem a discriminação atual; e buscam eliminar os efeitos persistentes da discriminação histórica, que se manifestam de forma estrutural e se perpetuam ao longo do tempo. Além disso, elas têm como objetivo promover a diversidade e aumentar a representatividade dos grupos minoritários em diversas esferas da sociedade (Moraes, 2013).

Assim, a caracterização das políticas públicas voltadas para o acesso, permanência e conclusão de estudantes quilombolas no ensino superior é essencial para facilitar a inclusão desses jovens, particularmente aqueles oriundos de camadas populares. O desenvolvimento de programas que assegurem a permanência desses alunos representa um passo significativo rumo à democratização do acesso à educação superior. No entanto, essas iniciativas não garantem, por si só, que essa população consiga concluir seus cursos, uma vez que existem vários desafios e estratégias a serem enfrentados no que diz respeito à permanência universitária.

Diante do exposto, as ações afirmativas transcendem a sua concepção como um princípio jurídico, tornando-se uma necessidade imperativa do Estado para combater as diversas formas de discriminação presentes na sociedade. É fundamental que essas ações sejam implementadas de forma eficaz, visando não apenas a inclusão inicial, mas também a promoção de condições que permitam aos estudantes quilombolas permanecer e concluir sua formação acadêmica.

É sabido que, no nosso país, o acesso à escolarização não foi possibilitado para todas as pessoas da mesma forma, mesmo estando garantido na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Pessoas negras, indígenas e quilombolas não puderam acessar o espaço escolar, e conseqüentemente não acessaram o ensino superior, devido aos processos de colonização que traziam uma proibição simbólica e concreta desses grupos (Carril, 2017).

Sabe-se que, devido à escassez de escolas em determinadas comunidades, à ausência de transporte adequado e a um contexto educacional que, frequentemente, negligencia a diversidade cultural presente no país, o acesso e a conclusão do ensino superior tornam-se desafios significativos para muitos estudantes. Essas dificuldades são particularmente evidentes entre aqueles que residem em comunidades tradicionalmente afastadas dos centros urbanos, cujas trajetórias escolares são marcadas por limitações persistentes desde a educação básica. Historicamente, o ingresso no ensino superior por parte dessa comunidade restringia-se a instituições privadas, viabilizado por famílias que possuíam condições financeiras para arcar com os custos educacionais. Contudo, nos últimos anos, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) passou a desempenhar um papel crucial ao fornecer informações e possibilidades de acesso ao ensino superior público, representando um marco inicial nesse processo.

Sendo assim, os desafios enfrentados por estudantes quilombolas na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em relação ao acesso, permanência e conclusão do ensino superior refletem uma série de fragilidades estruturais nas políticas públicas voltadas para a inclusão. Apesar da existência de iniciativas como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que busca promover a diversidade e a igualdade de oportunidades no ambiente universitário, muitos estudantes quilombolas ainda encontram barreiras significativas em sua trajetória acadêmica. Entre essas dificuldades estão a desinformação sobre os recursos disponíveis, problemas financeiros, e a necessidade de adaptação a um ambiente acadêmico que frequentemente negligencia a valorização de suas identidades culturais.

Essa realidade suscita uma importante questão: em que medida as políticas de ações afirmativas da UNEB têm contribuído para o acesso, permanência e conclusão do ensino superior por parte de estudantes quilombolas? Os aspectos da minha trajetória, marcada por lutas, desafios financeiros e pelo distanciamento da família, evidenciam questões fundamentais que podem contribuir para a ampliação e o fortalecimento das ações afirmativas voltadas a estudantes quilombolas na UNEB. Cada dificuldade enfrentada ao longo do meu percurso acadêmico serviu como aprendizado e como oportunidade de reflexão crítica sobre os obstáculos que ainda persistem para os estudantes oriundos de comunidades quilombolas.

As barreiras financeiras, que frequentemente colocam em risco a permanência desses estudantes no ensino superior, demonstram a necessidade

urgente de políticas de assistência estudantil mais efetivas, que contemplem as especificidades desses sujeitos. O distanciamento familiar, por sua vez, ressalta os impactos emocionais e culturais vivenciados ao deixar a comunidade de origem, exigindo um olhar atento às demandas de apoio psicossocial e à valorização da identidade quilombola no ambiente universitário.

Além disso, a burocracia relacionada à comprovação documental para a validação do ingresso como estudante quilombola expõe uma fragilidade nos processos institucionais que, muitas vezes, torna o acesso mais complexo e excludente. A minha trajetória permite trazer à tona a importância de desburocratizar e humanizar essas etapas, facilitando o reconhecimento das identidades quilombolas e garantindo que outros estudantes não enfrentam o mesmo percurso dificultoso que, em muitos casos, gera o desejo de desistência.

Dessa forma, as experiências adquiridas ao longo da minha caminhada acadêmica podem servir como base para reflexões sobre a implementação de melhorias institucionais e a construção de um ambiente mais acolhedor e inclusivo. A partir desse olhar, torna-se possível contribuir para que as futuras gerações de estudantes quilombolas encontrem menos barreiras no acesso, na permanência e na conclusão do ensino superior.

A análise dessa problemática permite refletir sobre o impacto dessas políticas e identificar lacunas que comprometem o sucesso acadêmico desse público.

Partindo da hipótese de que a implementação eficaz das políticas públicas de ações afirmativas, acompanhada de recursos e investimentos direcionados ao público quilombola, pode contribuir significativamente para a inclusão e o sucesso educacional desses estudantes, este trabalho busca compreender os desafios e potencialidades dessas iniciativas. Reconhece-se, contudo, que a insuficiência de recursos financeiros e informacionais, aliada à fragilidade do suporte ao longo do percurso acadêmico, constitui um fator limitante para o pleno alcance das políticas existentes, impactando negativamente as trajetórias formativas e resultando em altas taxas de evasão e dificuldades na conclusão dos cursos.

O objetivo geral deste estudo é analisar como as políticas de ações afirmativas implementadas pela UNEB têm colaborado para o acesso, permanência e conclusão do ensino superior por parte de estudantes quilombolas. Analisar criticamente os aspectos da minha trajetória que podem contribuir para a ampliação de ações afirmativas destinadas a outros estudantes quilombolas na UNEB envolve

examinar como as políticas de ações afirmativas implementadas pela instituição têm favorecido o acesso, a permanência e a conclusão do ensino superior por parte dessa população. Para esse propósito, buscou-se identificar e caracterizar as principais políticas públicas voltadas para estudantes quilombolas, compreender sua aplicação no contexto específico da UNEB e refletir sobre as experiências de estudantes quilombolas provenientes da Ilha de Maré, levando em conta o impacto das políticas de acesso e permanência em suas trajetórias acadêmicas.

Para alcançar essa meta, buscou-se caracterizar as principais políticas públicas voltadas a essa população, compreender como essas políticas são aplicadas no contexto da UNEB e refletir sobre as trajetórias de estudantes quilombolas da Ilha de Maré, considerando o impacto das políticas de acesso e permanência. As comunidades quilombolas, constituídas por descendentes de africanos que resistiram à escravidão e estabeleceram-se em terras próprias, exercem um papel fundamental na história e na identidade cultural do Brasil. Esses territórios, assegurados por legislação específica, configuram-se como espaços de resistência, reprodução cultural e subsistência econômica, onde atividades agrícolas, extrativistas e artesanais garantem a sobrevivência e a preservação de saberes tradicionais. O reconhecimento oficial das comunidades quilombolas é imprescindível para a salvaguarda de seus direitos, promovendo o acesso à terra, saúde, educação e cultura, além de proteger suas expressões culturais.

A educação quilombola, que busca valorizar a identidade cultural, tem como objetivo proporcionar um ensino de qualidade que respeite as especificidades dessas comunidades. Entretanto, enfrenta desafios significativos, como a carência de recursos financeiros e a formação inadequada de professores, que comprometem a efetividade dessa modalidade de ensino. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas mais robustas e inclusivas. No artigo intitulado “Políticas de Ações Afirmativas na UNEB: Memórias de um acontecimento histórico”, Valdélino Santos Silva oferece uma análise do processo histórico que culminou na aprovação do sistema de cotas na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2002. Silva contextualiza as Ações Afirmativas como políticas públicas direcionadas à inclusão de grupos marginalizados, principalmente negros e indígenas, no enfrentamento dos efeitos do racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira. A UNEB destacou-se por ser a pioneira na reserva de 40% das vagas em seu vestibular para estudantes negros provenientes de escolas públicas, uma decisão que gerou

intensos debates e resistências tanto internas quanto externas. Apesar das tentativas de deslegitimação da proposta, o sistema de cotas foi aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU), tornando-se um marco nacional e ampliando as discussões sobre desigualdade racial no ensino superior.

Silva ainda aponta os impactos positivos das cotas na UNEB, como a diminuição das taxas de evasão entre os cotistas e a aproximação do desempenho acadêmico entre cotistas e não cotistas. Essa iniciativa não apenas diversificou a presença étnico-racial nos cursos mais renomados, mas também estimulou reflexões críticas e debates sobre as relações raciais no Brasil, além de promover a militância estudantil e a produção acadêmica sobre a temática. Contudo, o autor destaca que persistem desafios, como a insuficiência de materiais didáticos e a predominância de currículos etnocêntricos, defendendo o aprimoramento contínuo das políticas afirmativas para garantir a inclusão e combater o racismo estrutural no ambiente universitário.

Minha trajetória como estudante quilombola na universidade pública representa uma conquista significativa em meu percurso pessoal e acadêmico, sendo que o maior desafio não se restringiu à aprovação no vestibular. O caminho até aqui foi repleto de transformações e dificuldades, que se iniciaram com a necessidade de deixar o quilombo, meu território de origem. A saída do lugar onde cresci, onde andar descalço e correr em direção ao mar faziam parte da minha identidade, implica um distanciamento não apenas físico, mas também emocional da minha família, das minhas raízes e da cultura que me moldou. Essa ruptura inicial constituiu o primeiro passo de um processo doloroso, mas necessário, na busca pelo que, por muito tempo, parecia inalcançável: a educação superior.

Durante o ensino médio, enfrentei diversas dificuldades, que variavam desde a precariedade da infraestrutura escolar até os desafios econômicos que afetaram minha vida. As questões financeiras não apenas restringem o acesso a recursos básicos, como material didático e alimentação adequada, mas também impactaram diretamente meu estado emocional, gerando momentos de incerteza e desânimo. Ao ingressar na universidade, deparei-me com outras barreiras, como a falta de empatia de alguns professores e a ausência de compreensão sobre as particularidades da minha trajetória quilombola, o que quase me levou a desistir. Em um ambiente acadêmico que, muitas vezes, não valoriza as experiências de estudantes negros e quilombolas, enfrentei a solidão e o peso de carregar, sozinha, minhas lutas e

conquistas. Contudo, apesar das adversidades, resistir e permanecer na universidade é uma afirmação de identidade, um ato político e uma homenagem à minha comunidade, que me ensinou a persistir, mesmo diante dos maiores desafios.

A escolha dessa temática é motivada tanto pela relevância acadêmica quanto por uma inquietação pessoal em relação à educação quilombola e à necessidade de ampliar as pesquisas sobre o ensino superior e as ações afirmativas. Este estudo busca contribuir para o debate sobre as condições e desafios enfrentados por estudantes quilombolas, promovendo reflexões que possam fundamentar melhorias nas políticas públicas e nas práticas institucionais. Ao dar visibilidade às experiências de estudantes quilombolas, pretende-se não apenas destacar a importância da valorização da identidade cultural no ambiente acadêmico, mas também reforçar o papel da educação como espaço de resistência, transformação e luta por justiça social.

No caso específico dos estudantes quilombolas da Ilha de Maré, localizada na Baía de Todos-os-Santos, no município de Salvador, Bahia, é essencial considerar as particularidades desse território. A ilha, composta por comunidades como Oratório, Botelho, Engenho de Maré, Nossa Senhora das Neves, Itamoabo, Santana e Praia Grande, abriga remanescentes de quilombos cuja história e cultura são marcadas por lutas por direitos e pela valorização de suas tradições. O estudo dessas trajetórias acadêmicas não apenas amplia a compreensão sobre as barreiras enfrentadas, mas também destaca como as políticas públicas podem ser ajustadas para garantir maior equidade e justiça social na educação superior.

Por fim, após essa introdução, o trabalho está organizado em capítulos que abordam aspectos fundamentais da temática. O primeiro capítulo, **Procedimentos Metodológicos**, descreve a abordagem qualitativa com ênfase na autobiografia como método para compreender os desafios enfrentados por estudantes quilombolas no ensino superior. Em **Identidade Quilombola e Resistência Cultural**, são explorados a construção da identidade quilombola e o contexto histórico dessa resistência. O capítulo **Políticas de Ações Afirmativas** na UNEB analisa a história, os impactos e os programas específicos voltados para inclusão social na universidade. Já em **A Voz que Ecoa: Minha Trajetória Pessoal e a Formação de Identidade**, o autor relata sua trajetória educacional desde a infância na Ilha de Maré até a conclusão universitária, destacando os desafios enfrentados e a importância da identidade quilombola nesse percurso. Por fim, as **Considerações**

**Finais** refletem sobre as descobertas do estudo e apresentam sugestões para fortalecer as políticas públicas de inclusão.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho segue uma abordagem qualitativa, centrada na narrativa autobiográfica como principal método de investigação. Fundamentada nos princípios teóricos de Carlos Gil (1999), a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos em sua profundidade, priorizando os contextos e as subjetividades que os envolvem. Essa escolha metodológica é especialmente adequada ao objetivo deste estudo, que explora as experiências e os desafios enfrentados por estudantes quilombolas no ensino superior.

A autobiografia foi selecionada como método central por sua capacidade de revelar nuances e significados atribuídos às vivências individuais. Conforme argumenta Gil (1999), esse tipo de narrativa possibilita acessar interpretações subjetivas que estão intrinsecamente ligadas a contextos sociais mais amplos. Ao relatar sua própria trajetória, o autor busca conectar a experiência individual com questões estruturais, como as desigualdades no acesso à educação e os impactos das políticas públicas voltadas para a inclusão de populações quilombolas.

A construção dos dados foi realizada exclusivamente a partir da autobiografia do autor, construída com base em memórias e reflexões críticas. Essa abordagem permitiu uma documentação rica e detalhada das vivências, destacando os desafios enfrentados ao longo do percurso educacional e as estratégias de superação adotadas. Gil (1999) ressalta que o método autobiográfico é especialmente eficaz para compreender processos de formação identitária em contextos sociais específicos, como o das comunidades quilombolas.

A análise dos dados seguiu uma abordagem temática, que organizou as informações em torno dos capítulos estabelecidos. Esse processo permitiu relacionar as experiências individuais do autor com dinâmicas sociais, culturais e históricas mais amplas. Assim, a narrativa autobiográfica foi interpretada não apenas como um relato pessoal, mas também como uma representação dos desafios e potencialidades enfrentados por estudantes quilombolas no ensino superior.

É necessário reconhecer as limitações inerentes a esse tipo de pesquisa. A autobiografia reflete a perspectiva individual do autor, que, embora contextualizada, não pode ser generalizada para toda a população quilombola. Além disso, fatores como memória seletiva e subjetividade podem influenciar a narrativa, enfatizando alguns aspectos em detrimento de outros.

Apesar dessas limitações, a metodologia adotada oferece uma contribuição significativa para a compreensão das experiências educacionais de estudantes quilombolas. Ao privilegiar a subjetividade e a narrativa pessoal, o estudo amplia o debate sobre inclusão, justiça social e o papel da educação na valorização da identidade cultural e na promoção da equidade.

### 3 IDENTIDADE QUILOMBOLA E RESISTÊNCIA CULTURAL

As identidades sociais constituem construções simbólicas profundamente enraizadas na luta política e na afirmação das diferenças culturais. Cada grupo social busca, por meio dessas construções, garantir a continuidade de seus valores e modos de vida específicos. Essa luta pela afirmação da identidade transcende a mera representação simbólica, configurando-se como um esforço para assegurar a perpetuação de práticas, tradições e estilos de vida que são fundamentais para a coesão e sobrevivência do grupo.

Nesse contexto, a identidade quilombola no Brasil emerge como um fenômeno complexo e multifacetado, desenvolvido ao longo de séculos de resistência contra a opressão e a marginalização. Os quilombos, originalmente formados por escravizados que fugiam de castigos e trabalhos forçados, tornaram-se símbolos de resistência e luta pela liberdade. Essas comunidades não apenas conseguiram sobreviver, mas também preservaram e adaptaram suas culturas e tradições, criando uma identidade única e resiliente.

Na perspectiva antropológica, o conceito de “identidade” refere-se a um conjunto de símbolos, referências e influências que definem a compreensão relacional de uma entidade, seja ela humana ou não. Assim, a identidade está intrinsecamente ligada à maneira como o indivíduo se reconhece por meio de características que o identificam como membro de um grupo. Nesse sentido, Munanga (2019) argumenta que a identidade quilombola deve ser vista não como um produto finalizado, mas como um processo em contínua evolução. Muitas vezes, essa identidade é coletiva, refletindo a vivência compartilhada de um grupo mais amplo que divide aspectos como história, cultura e religião.

Nesse sentido, Munanga (2019) sustenta que a identidade quilombola não deve ser considerada um produto finalizado, mas sim um processo em contínua evolução. Muitas vezes, essa identidade é coletiva, refletindo a vivência compartilhada de um grupo mais amplo que compartilha aspectos como história, cultura, religião, entre outros.

De acordo com Gonçalves (2002 *apud* Malcher, 2009), a identidade é uma construção que vai além do domínio simbólico. Em sua análise, ele destaca que, apesar das pressões e das lógicas impostas pelo capital financeiro, com sua

abstração matemática e simbólica, há uma dimensão material que não pode ser reduzida a essas lógicas. O capital financeiro, embora exerça uma influência significativa sobre muitos aspectos da vida social e econômica, não consegue captar totalmente a materialidade que se refere à produção da vida concreta e às condições de existência que são fundamentais para a continuidade das identidades culturais.

Essa materialidade diz respeito às práticas cotidianas, às condições de vida e às relações concretas que sustentam a reprodução das identidades. Ela inclui aspectos como o acesso a recursos, a manutenção de territórios, e a preservação de modos de vida que não são facilmente quantificáveis ou moldáveis pela lógica financeira. Portanto, enquanto a lógica financeira pode tentar impor suas regras e abstrações, ela não consegue eliminar a dimensão material que fundamenta a existência e a sobrevivência dos grupos sociais.

No contexto dos movimentos negros contemporâneos, Munanga (2019) ressalta que a construção da identidade envolve a recuperação de elementos históricos e culturais específicos, moldados pela herança de escravizados africanos e pela exclusão social enfrentada por esses grupos. Essa identidade se expressa na valorização da negritude, tanto física quanto culturalmente, apesar das dificuldades impostas por uma sociedade que historicamente estigmatizou e marginalizou esses indivíduos. Essa perspectiva é particularmente relevante para a identidade quilombola, que também busca reafirmar e valorizar suas práticas culturais e tradições como uma forma de resistência e afirmação frente às adversidades e à marginalização histórica.

Em suma, a construção da identidade quilombola está intrinsecamente ligada às relações de poder e à resistência contra a opressão. A autoatribuição e o reconhecimento oficial dessa identidade são passos fundamentais para a inclusão social e a justiça. A luta dos quilombolas por seus direitos territoriais e culturais é um exemplo de como a resistência cultural pode se transformar em um poderoso instrumento de transformação social (Calheiros, Stadtler, 2010).

A citação de Moura (1981 *apud* Carril, 2017) evidencia um ponto crucial na compreensão dos quilombos como símbolos de resistência à escravidão no Brasil. Em suas palavras, onde houve escravidão existiu resistência, caracterizando o quilombo como um dos movimentos mais fortes de reação à escravidão. Esta afirmação destaca a importância dos quilombos não apenas como refúgios para os escravizados fugitivos, mas como centros de luta e resistência ativa contra a

opressão e exploração que marcaram o período colonial.

No entanto, de acordo com Lourdes De Fátima Bezerra Carril (2017), a análise da presença de quilombolas na contemporaneidade revela uma realidade complexa. Apesar de a pesquisa arqueológica frequentemente encontrar vestígios que remetem a um passado distante, os quilombos modernos não devem ser vistos apenas como “ruínas” ou vestígios de um tempo antigo. Ao contrário, esses agrupamentos mantêm uma grande variedade de indivíduos, tais como povos indígenas, e outros grupos, o que enriquece a compreensão sobre sua formação e continuidade ao longo dos séculos.

As pesquisas recentes ampliaram a visão sobre As pesquisas recentes sobre a origem dos quilombos têm ampliado significativamente a compreensão desse fenômeno social, desafiando a narrativa tradicional que os vinculava exclusivamente a fugas de escravizados e insurreições. O estudo intitulado "Comunidades quilombolas: identidade forjada através da resistência", de Paula Ramón, publicado em 21 de março de 2022, enfatiza a complexidade e a diversidade das experiências que levaram à formação dessas comunidades.

Historicamente, os quilombos foram concebidos como refúgios para aqueles que escapavam da escravidão, mas a análise contemporânea revela que suas origens são muito mais multifacetadas. Esses espaços de resistência não foram apenas resultado da busca por liberdade, mas também de um esforço deliberado para construir uma nova forma de vida, ancorada em valores culturais e comunitários. As comunidades quilombolas, portanto, surgiram como expressões de identidades coletivas que se estabeleceram em resposta não apenas à opressão, mas também ao desejo de preservar e reinventar tradições, modos de vida e práticas sociais.

A atualização do conceito de quilombo, conforme discutido por Ramón, destaca a importância de reconhecer a intersecção entre identidade e território. O quilombo não é apenas um espaço físico, mas também um espaço simbólico, onde a luta pela autonomia e a afirmação cultural se entrelaçam. Esse entendimento propõe uma visão mais holística das comunidades quilombolas, que abrange suas dinâmicas sociais, culturais e políticas, além das circunstâncias de sua formação.

Essas novas abordagens nos convidam a refletir sobre as múltiplas formas de resistência e adaptação das comunidades quilombolas ao longo do tempo, ressaltando a importância de suas narrativas na construção da identidade brasileira. A pesquisa de Paula Ramón, ao ampliar o escopo de entendimento sobre os

quilombos, contribui para um reconhecimento mais justo e abrangente das suas contribuições à diversidade cultural do Brasil, promovendo uma valorização das identidades quilombolas que transcendem o passado de luta e opressão.

A origem dos quilombos, mostrando que não foram formados apenas por fugas e insurreições. Diversos contextos contribuíram para a formação desses territórios, como a herança de terras deixadas por antigos senhores, o abandono de plantações e terras devido à decadência econômica ou a compra de alforria, que permitiu a manutenção de um território próprio e a produção autônoma. Essa diversidade de origens reflete a complexidade da história dos quilombos e a resiliência das comunidades quilombolas.

Após a abolição da escravidão, o cenário se transformou em uma trajetória de exclusão social e invisibilidade (Munanga, 2019; Carril, 2017). A abolição, embora tenha representado um marco legal, não se traduziu em uma real integração dos afrodescendentes na sociedade brasileira. Na prática, os direitos da população negra foram amplamente negados, e os territórios quilombolas foram ignorados pela estrutura agrária do país. A ausência de políticas reparatórias ou indenizatórias pelos três séculos de exploração escravista agravou a situação, contribuindo para a marginalização dessas comunidades.

A construção ideológica do branqueamento e a promoção do imaginário de harmonia e democracia racial têm buscado, de maneira deliberada, apagar da memória social as lutas e as dores associadas à escravidão. Essa narrativa ilusória tem contribuído para a perpetuação da invisibilidade e da exclusão das comunidades quilombolas, que continuam a enfrentar desafios significativos na luta pela reconquista de seus direitos e pelo reconhecimento de seus territórios.

Dessa forma, a resistência quilombola deve ser compreendida não apenas como uma luta histórica, mas como um movimento contínuo que enfrenta e desafia as barreiras sociais e estruturais ainda presentes na sociedade brasileira. As complexidades e a diversidade das origens dos quilombos, em conjunto com a persistente exclusão social e invisibilidade que essas comunidades enfrentam, ressaltam a urgência de um reconhecimento mais profundo de suas realidades. Além disso, evidenciam a necessidade de políticas efetivas que promovam a reparação histórica e a justiça social, garantindo assim que as vozes e as histórias dos quilombolas sejam finalmente ouvidas e valorizadas. Essa abordagem não apenas reconhece as injustiças do passado, mas também abre caminho para um

futuro mais inclusivo e equitativo para todos os segmentos da sociedade.

### **3.1 Contexto Histórico quilombola e de ações afirmativas**

No final do século XIX e início do século XX, a elite intelectual brasileira desenvolveu um modelo racial que visava a assimilação dos grupos étnico-raciais não brancos à “raça” e à cultura dominantes. Esse modelo racista universalista, como descrito por Munanga (2019), não apenas buscava a homogeneidade cultural e racial, mas também implicava a negação e a desvalorização das diferenças étnicas e culturais. O conceito de mestiçagem, tanto biológica quanto cultural, foi promovido como um caminho para o branqueamento da população, resultando na destruição das identidades étnicas dos grupos dominados e, conseqüentemente, no etnocídio. "Para mim, a mestiçagem representava uma fase passageira, um meio para alcançar a integração total dos afrodescendentes e outros grupos não brancos na cultura hegemônica. Esse processo buscava apagar nossas características raciais e culturais únicas, reforçando uma ideologia racial perigosa que prometia uma suposta 'pureza' através da mistura. Essa perspectiva pessoal mantém o significado original, mas com uma abordagem mais subjetiva e reflexiva.

De acordo com Munanga (2019), a elite brasileira da época via a população negra como uma ameaça ao futuro da “raça” branca e à civilização. Thomas Skidmore, em sua obra “Preto no branco”, ilustra a visão predominante de que a miscigenação seria a solução para “resolver” o problema negro (Munanga, 2019). Segundo Skidmore, a miscigenação diluiria a influência negra na população, e a prevalência do elemento branco aceleraria o processo de eliminação da raça negra. A ideia era que, através da miscigenação, a população negra perderia importância e, eventualmente, desapareceria como uma entidade racial distinta.

Clayton Cooper (*apud* Munanga, 2019), ao relatar sua experiência no Brasil em 1917, observou que havia uma tentativa honesta de eliminar os negros e pardos pela infusão do sangue branco. Cooper notou que essa tentativa era vista como uma solução eugênica, baseada na seleção natural e na combinação de parceiros de cor mais clara. Essa abordagem refletia a crença na eugenia como um método para resolver o “problema racial” sem conflitos, promovendo a ideia de que a mistura

racial evitaria guerras raciais e derramamento de sangue. O racismo científico do século XIX foi uma distorção sinistra da ciência, usada para validar a crença na superioridade de algumas raças sobre outras. Essa pseudociência racista hierarquiza a humanidade com base em características físicas, negando nossa essência comum. Sua origem está no Iluminismo e na Revolução Industrial, quando pensadores e cientistas criaram categorias rígidas, justificando a colonização, escravidão e exploração de povos não europeus. Essa abordagem pessoal destaca a minha perspectiva crítica sobre essa doutrina prejudicial.

Após a abolição da escravidão, as comunidades quilombolas enfrentaram uma trajetória de exclusão social e invisibilidade. A abolição não trouxe uma integração efetiva da população negra na sociedade brasileira. Em vez disso, perpetuou-se uma marginalização das comunidades quilombolas, que continuaram a enfrentar a negação de seus direitos e a invisibilidade dentro da estrutura agrária e social do país.

A ideologia do branqueamento e a construção de uma narrativa de harmonia racial contribuíram para a marginalização e a exclusão dos quilombolas. Ao enfatizar a mestiçagem e a assimilação cultural como soluções para o "problema racial", o Estado e a elite brasileira ignoraram a luta e a resistência das comunidades quilombolas, que continuaram a lutar pela preservação de suas identidades e territórios. A ideologia do branqueamento, ao lado da construção de uma narrativa de harmonia racial, desempenhou um papel crucial na marginalização e exclusão das comunidades quilombolas no Brasil. Essa perspectiva, que enfatiza a mestiçagem e a assimilação cultural como soluções para o "problema racial," tem sido utilizada pelo Estado e pela elite brasileira para ignorar as lutas e a resistência das comunidades quilombolas, que persistem na defesa de suas identidades e territórios. Como discute Maria Aparecida Silva Bento, a branquitude representa uma dimensão complexa das relações raciais no Brasil, sendo um conceito que abrange as características da identidade racial dos brancos brasileiros, especialmente no que tange ao processo de branqueamento.

Silva Bento destaca que a branquitude se entrelaça com a dimensão subjetiva das relações raciais, reforçando a reprodução do racismo em várias esferas sociais. O medo que permeia a interação entre brancos e negros, os pactos narcísicos que sustentam a autoestima dos brancos e as conexões entre a ascensão de indivíduos negros e a ideologia do branqueamento são aspectos fundamentais a serem

considerados. Nesse contexto, o branqueamento é frequentemente visto como um problema do negro, que, insatisfeito com sua condição, busca a identificação com a branquitude, enquanto a figura do branco permanece como padrão de humanidade.

A pesquisa sobre o branqueamento revela que esse processo foi, na verdade, inventado e mantido pela elite branca brasileira, que o apresenta como uma questão a ser resolvida pelos negros. Assim, a exclusão das comunidades quilombolas não é apenas uma questão de discriminação racial, mas também uma questão de defesa dos privilégios de um grupo sobre o outro, conforme expresso na teoria da discriminação como interesse. Esse modelo sugere que a discriminação racial é motivada pela necessidade de manter e conquistar privilégios, resultando em um forte senso de pertencimento social entre os membros do grupo dominante.

Neste cenário, a exclusão é compreendida como um descompromisso político com o sofrimento do outro, onde a moralidade desempenha um papel crucial. A exclusão moral se manifesta quando indivíduos ou grupos são desvalorizados e considerados indignos, levando a uma desumanização que justifica práticas de exploração e descaso. Dentro desse quadro, os membros das comunidades quilombolas são frequentemente vistos como fora dos limites da moralidade dominante, resultando em sua exclusão não apenas social, mas também moral.

Portanto, ao considerar a luta das comunidades quilombolas pela preservação de suas identidades e territórios, é imperativo reconhecer a intersecção entre a ideologia do branqueamento, a branquitude e a exclusão moral. A superação desses desafios exige um compromisso genuíno com a reparação histórica e a justiça social, promovendo um reconhecimento mais amplo das lutas quilombolas e das suas contribuições para a diversidade cultural e social do Brasil. Essa reflexão não apenas ilumina as injustiças do passado, mas também aponta para a necessidade urgente de um futuro mais inclusivo e equitativo.

### **3.2. O Mito da Democracia Racial interligado a Identidade**

O mito da democracia racial tem suas origens na obra de Gilberto Freyre, particularmente em “Casa-Grande & Senzala” (1933). Freyre (1933) argumenta que a miscigenação entre europeus, africanos e indígenas criou uma sociedade

brasileira única, onde as relações raciais seriam mais harmônicas do que em outros países. Freyre idealiza a miscigenação como um fator de integração e paz racial, o que resultou na construção de uma identidade nacional baseada na convivência harmoniosa entre diferentes grupos étnicos.

Contudo, esta visão foi criticada por estudiosos, que a consideram uma construção ideológica que serve para ocultar as verdadeiras desigualdades raciais presentes no Brasil. Florestan Fernandes (1965) argumenta que o mito da democracia racial foi usado para justificar a ausência de políticas públicas voltadas para a inclusão social dos negros após a abolição da escravidão. Fernandes vê o mito como uma forma de naturalizar as desigualdades e evitar a implementação de medidas concretas para a promoção da equidade racial.

Apesar da narrativa promovida pelo mito da democracia racial, evidências empíricas mostram uma realidade marcada por profundas desigualdades. Estudos de Silva (2010) revelam que negros e pretos enfrentam discriminação significativa em áreas como educação, mercado de trabalho e sistema de justiça.

Além disso, a representação política e econômica dos negros é limitada. A elite política e econômica do Brasil continua predominantemente branca, refletindo barreiras estruturais no acesso ao poder e aos recursos (Silva, 2010). Essa desigualdade é frequentemente disfarçada pela narrativa do mérito individual, que ignora as barreiras estruturais que impedem a ascensão dos negros na sociedade.

Hoje, a luta pela igualdade racial inclui a promoção de políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais em universidades e no serviço público. O reconhecimento do racismo estrutural<sup>1</sup> é fundamental nesse contexto, exigindo não apenas a implementação de políticas públicas, mas também uma mudança cultural.

A educação, com a inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura afro-brasileira, é vista como um componente crucial para uma compreensão mais profunda das questões raciais e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Silva, 2024).

A análise da identidade racial e do mito da democracia racial no Brasil revela

---

<sup>1</sup> O racismo estrutural é uma forma de discriminação racial que está enraizada nas estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade. Ele se manifesta por meio de práticas, normas e instituições que perpetuam desigualdades e exclusão racial de maneira sistemática, muitas vezes sem depender de intenções conscientes ou individuais (Souza, 2024). Disponível em: <https://www.significados.com.br/racismo-estrutural/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

uma complexa interação entre idealizações históricas e realidades persistentes de desigualdade. O mito, embora tenha sido uma narrativa influente, serve para ocultar as profundas disparidades raciais que continuam a impactar a sociedade brasileira. O enfrentamento do racismo e a promoção de uma verdadeira democracia racial requerem uma abordagem crítica e a implementação de políticas que reconheçam e abordem as desigualdades reais.

### **3.3. Políticas públicas para o povo quilombola**

No Brasil, as políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas têm como objetivo fundamental garantir direitos e promover a inclusão social e econômica dessas comunidades historicamente marginalizadas. Entre as principais iniciativas estão o Programa Brasil Quilombola (PBQ) e o Programa Aquilomba Brasil. Estas políticas visam atender às necessidades específicas das comunidades quilombolas, abordando questões como regularização fundiária, acesso à educação e saúde, infraestrutura e segurança alimentar.

O Programa Brasil Quilombola (PBQ) é uma das iniciativas mais abrangentes para apoiar essas comunidades. Lançado pelo governo federal, no ano de, o PBQ atua em diversas frentes, como a regularização fundiária, a qual busca assegurar a titulação das terras ocupadas por quilombolas, conforme garantido pelos artigos 215 e 216 da Constituição Brasileira. Além disso, o programa promove a inclusão produtiva, oferecendo suporte para a melhoria das condições de vida e acesso a serviços básicos como educação e saúde. A ideia central é proporcionar uma base sólida para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, abordando suas carências e promovendo a justiça social.

O Programa Aquilomba Brasil <sup>2</sup>, criado em 2023, complementa as ações do PBQ com um enfoque renovado e quatro eixos principais: acesso à terra e território, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e etnodesenvolvimento local, e direitos e cidadania. Este programa busca consolidar e expandir as políticas existentes, oferecendo uma abordagem integrada que

---

<sup>2</sup> Mais informações em:

<<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/obrasilvotou/desenvolvimento/programa-aquilomba-brasil-garante-direitos-da-populacao-quilombola>>. Acesso em: 10 out. 2024.

considera a diversidade e as especificidades de cada comunidade quilombola.

Além desses programas, a segurança alimentar é uma área crucial abordada através de políticas como o Bolsa Família, adaptadas para atender às necessidades das comunidades quilombolas. As políticas educacionais e de saúde também são adaptadas para garantir acesso a serviços adequados, com a construção de escolas e postos de saúde em áreas quilombolas, visando reduzir desigualdades históricas e promover a inclusão social.

A dissertação de Ana Cláudia Gonçalves, “Políticas Públicas para Quilombolas: A Construção da Cidadania na Comunidade Remanescente de Quilombo do Baú” (2017), oferece uma análise detalhada da implementação e dos impactos dessas políticas públicas nas comunidades quilombolas, com foco na comunidade do Baú em Araçuaí, Minas Gerais. Gonçalves (2017) explora como, apesar do reconhecimento legal das comunidades quilombolas e da existência de políticas específicas, a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos.

Entre os principais obstáculos identificados por Gonçalves (2017) estão a burocratização excessiva, a falta de recursos humanos qualificados e a fragmentação das ações entre diferentes órgãos governamentais. Esses fatores dificultam a efetiva implementação das políticas e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida nas comunidades quilombolas. A pesquisa de Gonçalves (2017) evidencia que, apesar dessas dificuldades, as políticas públicas têm gerado avanços importantes na mobilização e organização das comunidades.

A dissertação também destaca a importância das políticas públicas de reparação, como as previstas no PBQ, que visam não apenas a reparação histórica, mas também a promoção de uma cidadania plena para os quilombolas. Gonçalves (2017) ilustra como a liderança comunitária, exemplificada por Antônio Cosme das Neves, presidente da Associação Quilombola do Baú, tem sido crucial para a articulação das demandas da comunidade com os órgãos públicos. A atuação de Neves tem contribuído para a efetivação das políticas públicas e para o fortalecimento da identidade quilombola, apesar dos desafios enfrentados.

Além disso, a Política de Ação Afirmativas, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que contribuiu para uma mudança no perfil dos estudantes universitários, vistos apenas pela lógica elitista. Observando o cenário atual, no que se diz a respeito do ingresso, permanência e conclusão do ensino superior de

alunos quilombolas, o presente trabalho se torna um caminho que a temática apresentada seja melhor debatida, bem como sejam pensadas outras formas de ampliar as possibilidades de acesso, permanência e conclusão para estudantes quilombolas no ensino superior. No mais, os dados quantitativos sobre estudantes quilombolas no ensino superior não são amplamente detalhados nos resultados disponíveis do IBGE, mas sabemos que em 2022, havia aproximadamente 1.327.802 pessoas quilombolas no Brasil, representando 0,65% da população total. Também é importante notar que a taxa de analfabetismo entre os quilombolas é significativamente alta, chegando a 18,99%, o que pode impactar suas taxas de acesso e permanência no ensino superior.

Considerando as políticas públicas existentes na universidade previstas e citadas posteriormente neste trabalho, por isso, temos interesse em saber sobre os caminhos trilhados por esses estudantes universitários, e de que forma a instituição de ensino (universidade) tem contribuindo para que a informação seja de largo alcance, chegando a todos e os processos que dificultam a permanência desses graduandos.

A falta de políticas públicas afeta negativamente o percurso formativo de estudantes quilombolas no ensino superior. Ao tratarmos de políticas de ações afirmativas, é importante entendermos sua prática para haja garantia do direito à educação, constitucionalmente previsto em lei.

As universidades públicas atendem à lei federal 12.711/2012, que diz respeito, a grosso modo, às cotas no ensino superior, reconhece, a necessidade de reparação à dívida histórica que a sociedade e o estado brasileiro têm para com essas populações consideradas minoritárias. Os estudantes quilombolas podem ser atendidos pela lei de cotas vigente no país, a qual é uma conquista coletiva de um movimento vivo em nossa sociedade em busca de uma educação igualitária. As ações afirmativas no Brasil colocam em xeque o projeto de sociedade legitimado até o momento, e que é calcado em pilares racistas, com uma suposta supremacia essencial de brancos sobre outros grupos raciais, com uma ideologia da mestiçagem (Munanga, 1999), que coadunada com a do branqueamento para manutenção de toda sorte de desigualdades vivenciadas e encarnadas na pele negra, nas interações intersubjetivas.

A identidade cultural, o entendimento do pertencimento étnico, quanto estudante quilombola, contribui para o perfil de cada estudante, não invalidando

os esforços realizados por eles para terem acesso a educação institucionalizada, as políticas de ações afirmativas trazem uma visão sobre o ingresso deste público no ensino superior, permitindo-lhes o acesso.

Entende-se por ações afirmativas o conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente, assim legitimado até o momento, e que é calcado em pilares racistas, com uma suposta supremacia essencial de brancos sobre outros grupos raciais, com uma ideologia da mestiçagem (Munanga, 1999), coadunada com a do branqueamento para manutenção de toda sorte de desigualdades vivenciadas e encarnadas na pele negra, nas interações intersubjetivas.

Para Nilma Lino Gomes (2001 *apud* Moraes, 2013), as ações afirmativas têm as funções de (1) induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; (2) coibir a discriminação do presente; (3) eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; (4) implantar a diversidade e (5) ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores. Segundo Silva e Silva (2014),

A palavra “quilombo” é de origem banto e quer dizer: acampamento ou fortaleza. Foi um termo usado pelos portugueses para designar as povoações construídas pelos escravos fugidos do cativeiro. No Brasil, esses espaços eram chamados de arrancamentos, mocambos ou quilombos e seus membros eram conhecidos como Callombolas, quilombolas ou mocambeiros. (Silva; Silva; 2014 p. 193).

Analisando este trecho percebe-se a força existente no termo utilizado quilombo, um símbolo de resistência, e a partir desta resistência é preciso discutir as questões que englobam desde a identidade quilombola no ensino superior, e os processos formativos destes estudantes.

Nesta perspectiva, observa-se que as ações afirmativas, para além de um princípio jurídico, constituem-se uma necessidade do Estado em combater as discriminações existentes na sociedade, através de medidas eficazes a fim de saná-las. Este trabalho visa a análise do contexto da educação superior, os caminhos percorridos por estudantes quilombolas do ponto de vista da visibilização das informações das políticas públicas sobre o acesso, permanência e conclusão

de estudantes quilombolas do ensino superior.

Em suma, as políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas são essenciais para a promoção da igualdade e da justiça social no Brasil. A dissertação de Ana Cláudia Gonçalves oferece uma contribuição valiosa para a compreensão dos processos envolvidos na implementação dessas políticas e para o fortalecimento das estratégias voltadas à promoção da cidadania e valorização da identidade quilombola. As evidências apresentadas destacam tanto os avanços quanto as dificuldades, fornecendo uma base sólida para futuras melhorias e aprofundamento das políticas públicas dirigidas às comunidades quilombolas.

#### 4 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNEB: HISTÓRIA, IMPACTOS E PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Neste capítulo, abordaremos as políticas de ações afirmativas, especialmente no contexto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Essas políticas são fundamentais para a promoção da equidade e inclusão social, buscando corrigir desigualdades históricas e garantir o acesso à educação superior para grupos marginalizados. A relevância desse tema se destaca na luta pela justiça social e no fortalecimento da diversidade no ambiente acadêmico.

As ações afirmativas apareceram na década de 1940, na Índia, com a Constituição de 1947, que garantiu a reserva de vagas no ensino superior, no Parlamento e no funcionalismo público para os *dalits*, ou “intocáveis”. Esse modelo inspirou experiências semelhantes em diversos países, como Alemanha, Nova Zelândia, Malásia e África do Sul, onde políticas de ação afirmativa foram implementadas para promover a inclusão de grupos marginalizados (Pereira e Zientarski, 2011).

Na América, as ações afirmativas começaram na década de 1960, lideradas pelos Estados Unidos, com foco na igualdade racial entre negros e brancos. Países como Canadá, Cuba e Argentina também adotaram políticas semelhantes, visando oferecer tratamento diferenciado a segmentos discriminados da sociedade (Pereira e Zientarski, 2011).

Já no Brasil, as ações afirmativas surgiram como uma resposta às profundas desigualdades sociais e raciais que marcaram a história do país. A exclusão de minorias, especialmente de pessoas negras e indígenas, foi uma característica sistêmica desde o período colonial, passando pela escravidão e continuando mesmo após a abolição em 1888. Com a redemocratização do Brasil na década de 1980, após um longo período de ditadura militar, houve uma renovação do debate público sobre direitos humanos e igualdade. A Constituição de 1988 foi um marco importante, pois estabeleceu a igualdade de todos perante a lei e proibiu qualquer forma de discriminação.

De acordo com Lima (2010; 2011), na década de 1990, o debate sobre políticas de inclusão começou a ganhar força. Movimentos sociais, especialmente os movimentos negros e indígenas, pressionaram por mudanças que garantissem

maior acesso à educação, ao mercado de trabalho e a outros direitos fundamentais. Esse período foi marcado por uma série de conferências e fóruns que discutiram a implementação de políticas afirmativas. Além de protestos organizados como, em 1995, a Marcha de Zumbi dos Palmares, que mobilizou uma grande quantidade de participantes ao trazer à tona as demandas dos quilombolas, exigindo reconhecimento e políticas públicas que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades.”

Em 1996, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Este grupo definiu ações afirmativas como:

Medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado [...] com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (Brasil, 1996, p. 10 *apud* Lima, 2011, p. 5).

Diante disso, ainda para Lima (2011), esse movimento ocorreu em um cenário marcado por intervenções neoliberais que, embora buscassem introduzir medidas inclusivas, não se consolidavam como conquistas históricas do povo brasileiro. Em vez disso, eram vistas como “concessões” ou “aberturas consentidas” para a correção de uma dívida histórica com os grupos e classes sociais marginalizados, inicialmente focando na população negra e, posteriormente, estendendo-se a indígenas e pessoas em situação de pobreza.

A partir dos anos 2000, várias iniciativas e legislações foram implementadas para promover a inclusão e a diversidade. Entre as mais significativas estão: **Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012)**: Estabelece a reserva de vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes de escolas públicas, com recorte racial e de renda; **Programa Universidade para Todos (ProUni)**: Oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda; **Políticas de Cotas em Concursos Públicos**: Diversos concursos públicos passaram a reservar vagas para negros e indígenas. Assim, para Pereira e Zientarski (2011), realizar uma ação afirmativa significa adotar medidas deliberadas e planejadas para garantir que grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, entre outros, tenham acesso a oportunidades e direitos que lhes foram negados. Essas ações visam não apenas

corrigir desigualdades passadas, mas também promover a inclusão e a diversidade.

#### **4.1 Histórico das Políticas de Ações Afirmativas na UNEB**

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) se destaca como um marco na implementação de políticas de ações afirmativas no Brasil. Em 18 de julho de 2002, a UNEB aprovou um sistema de cotas para o acesso a cursos de graduação e pós-graduação, tornando-se a primeira universidade pública do Norte e Nordeste e a segunda do país a reconhecer o direito à inclusão de estudantes negros e negras oriundos de sistemas de educação básica pública, historicamente excluídos do ensino superior. Essa iniciativa não só formalizou as cotas, mas também ampliou o debate sobre raça e racismo no ambiente acadêmico, resultando em um aumento significativo de pesquisas sobre relações raciais na Bahia e no Brasil.

A Conferência de Durban, realizada em 2001, representou um marco internacional na luta contra o racismo, a discriminação racial e a xenofobia. O evento mobilizou líderes de diversas nações, gerando um consenso global sobre a necessidade de enfrentar as desigualdades raciais. No Brasil, a UNEB participou ativamente da preparação para a conferência, com a reitora Ivete Sacramento e outras intelectuais contribuindo para a elaboração do texto nacional. A declaração resultante da conferência evidenciou a urgência de ações efetivas contra o racismo, ressaltando a necessidade de redefinir os compromissos antirracistas no contexto global e nacional.

Desde a implementação do sistema de cotas, a UNEB ampliou suas ações afirmativas para incluir outros segmentos historicamente marginalizados. Em 2007, a universidade incluiu estudantes indígenas, e em 2018, a Resolução Nº 1.339/2018 expandiu as cotas para abarcar quilombolas, ciganos, pessoas com deficiência, travestis e transexuais. Essas medidas refletem uma abordagem inclusiva, reconhecendo a diversidade de identidades e experiências que compõem a sociedade, e destacam a importância das ações afirmativas como ferramentas para combater as desigualdades educacionais, originadas do racismo, capacitismo, sexismo e transfobia.

A criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas foi um passo fundamental para institucionalizar essas políticas, permitindo o acompanhamento do sistema de cotas

e a promoção da permanência estudantil. Essa estrutura reflete o compromisso contínuo da UNEB em integrar questões de raça, etnia, classe e gênero em sua gestão acadêmica, desafiando a universidade a refletir sobre suas práticas e contribuir para um ambiente mais justo e inclusivo.

Apesar dos avanços, a implementação das ações afirmativas na UNEB enfrentou desafios significativos. A resistência a essas políticas era palpável, com críticas que variavam de acusações de assistencialismo à expectativa de que os cotistas não conseguissem concluir seus cursos. Estudos, como o realizado pelo IPEA<sup>3</sup>, entre 2012 e 2015, revelaram que apenas 1% da população negra estava nas universidades, evidenciando a necessidade de ações de reparação. A resistência se intensificou após a aprovação do sistema de cotas, com ataques racistas direcionados à reitora e à política.

Com a institucionalização do sistema de cotas, a UNEB tornou-se um exemplo de como as ações afirmativas podem gerar mudanças significativas no acesso à educação superior. A pesquisa “10 Anos de Ações Afirmativas na UNEB”, que analisou o desempenho de cotistas e não cotistas, mostrou que não houve diferenças substanciais no desempenho acadêmico, desafiando preconceitos e estereótipos sobre a capacidade dos estudantes oriundos da escola pública.

A experiência da UNEB, juntamente com outras instituições como a UERJ e a UnB, fortaleceu os debates sobre ações afirmativas no Brasil, culminando na aprovação da Lei Federal nº 12.711, que garante a reserva de 50% das matrículas nas universidades federais para alunos oriundos do ensino médio público. Esse marco legislativo reforça que as cotas não são um favor, mas um direito que visa corrigir desigualdades históricas.

A proposição de uma sociedade e uma educação universalizante, humanizante e democratizante, conforme discutido por Lima (2011), revela-se uma utopia dentro do sistema capitalista, que utiliza esses ideais como instrumentos de conservação de suas estruturas. Na prática, não há um esforço genuíno para romper com a expropriação do homem pelo capital ou para construir uma teoria social que supere a luta de classes. As políticas públicas, especialmente as educacionais, são frequentemente limitadas a discursos e não se traduzem em ações efetivas que garantam direitos comuns, como o acesso universal à educação de qualidade.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) tem sido um exemplo de

---

<sup>3</sup> [https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35896](https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35896)

instituição que tenta implementar políticas de ações afirmativas para mitigar essas desigualdades. Desde 2002, a UNEB adota um sistema de cotas para negros, indígenas e quilombolas, buscando ampliar o acesso desses grupos ao ensino superior. No entanto, mesmo com essas iniciativas, a exclusão persiste, especialmente em cursos de prestígio como medicina, direito e engenharias, onde a culpabilização do indivíduo é uma prática comum.

O sistema capitalista, ao humanizar os instrumentos de acesso aos bens universais e disponibilizar políticas, não vê a necessária devolutiva dos segmentos sociais, que são acusados de falta de interesse em ocupar seus espaços. Isso revela uma falha estrutural nas políticas de inclusão, que não consideram as barreiras sistêmicas enfrentadas pelos grupos marginalizados. A UNEB, por meio de sua Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (Proaf), tem tentado enfrentar esses desafios, oferecendo programas de bolsas e apoio específico para estudantes cotistas. No entanto, essas medidas, embora importantes, são insuficientes para promover uma verdadeira igualdade.

O enfoque neoliberal, que privilegia o capital, orienta o metabolismo capitalista, justificando medidas de controle e chamando a uma participação consentida, sem promover a conscientização das intenções desse itinerário. Assim, as concessões são difundidas de forma parcimoniosa, naturalizando-as como o único caminho possível para a democratização e circunscrevendo a justiça social a uma superficialidade desejada. A possibilidade de um terceiro olhar, que poderia oferecer alternativas mais radicais e transformadoras, nem sequer é considerada.

Nesse contexto, as políticas compensatórias, como as ações afirmativas, são defendidas como estratégias essenciais para a inclusão de grupos sociais vulneráveis, assegurando a diversidade e a pluralidade social. No entanto, essas medidas, embora importantes, são insuficientes para promover uma verdadeira igualdade. Elas transitam da igualdade formal para a igualdade material e substantiva, mas ainda operam dentro de um sistema que perpetua desigualdades estruturais. Portanto, é necessário um debate mais profundo e crítico sobre as limitações das políticas afirmativas e a necessidade de transformações mais radicais para alcançar uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

## 4.2 Políticas Específicas da UNEB para os Quilombolas

A UNEB desenvolveu políticas específicas para atender às necessidades dos estudantes quilombolas, promovendo ações que vão além da inclusão, visando também a valorização cultural. Entre elas, é importante destacar a recente Resolução N° 2.243/2024. A Resolução N° 2.243/2024 da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) representa um avanço significativo nas políticas de ações afirmativas e inclusão social, com foco na promoção da equidade entre grupos historicamente marginalizados. Este documento recente estabelece diretrizes específicas para fortalecer e expandir iniciativas destinadas a negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis.

Um dos principais pontos da resolução é a ampliação das cotas, que garante um percentual maior de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, assim como para negros, indígenas e quilombolas. Essa medida visa não apenas aumentar a presença desses grupos na universidade, mas também promover uma diversidade que enriquece o ambiente acadêmico.

Além disso, a resolução introduz novos programas de apoio financeiro e acadêmico, fundamentais para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes cotistas. Esses programas são essenciais para enfrentar as barreiras que muitos estudantes enfrentam, permitindo que tenham condições adequadas para se dedicar aos estudos e concluir seus cursos.

A inclusão de novos grupos marginalizados também é um aspecto relevante da Resolução N° 2.243/2024. A UNEB estende suas políticas afirmativas para abranger pessoas trans e travestis, ciganos e refugiados, reconhecendo a diversidade de experiências e identidades que compõem a sociedade.

Para assegurar a eficácia dessas políticas, a resolução estabelece mecanismos de monitoramento e avaliação contínua. Esse acompanhamento permitirá que a universidade faça ajustes necessários, garantindo que as ações afirmativas se adaptem às realidades e necessidades dos estudantes.

Por fim, a resolução incentiva parcerias com organizações governamentais e não-governamentais, ampliando o alcance das políticas de inclusão e fortalecendo as ações afirmativas. Essa colaboração é vital para promover um impacto positivo e sustentável. A implementação da Resolução N° 2.243/2024 é, portanto, um passo

significativo para a UNEB na promoção da equidade e diversidade no ambiente acadêmico. Espera-se que essas medidas contribuam para a redução das desigualdades educacionais e sociais, criando um ambiente mais inclusivo e representativo, onde todos os estudantes possam ter a oportunidade de prosperar e se desenvolver plenamente.

#### 4.2.1 Programas oferecidos

A análise dos programas e projetos de ações afirmativas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) revela um esforço institucional significativo para promover a inclusão e a equidade no acesso ao ensino superior. Abaixo, detalham-se os principais programas, suas legislações regulamentadoras e seus impactos:

**Imagem 1:** - Programas/Projetos de Ações Afirmativas.

PROGRAMAS/PROJETOS	LEGISLAÇÕES
Programa Afirmativa	Resolução CONSU nº 1.257 de 21 de fevereiro de 2017.
Programa de Bolsas Apako zabelê	Resolução CONSU nº 1.528 de 22 de agosto de 2022
Programa de Bolsas Regime de Alternância	Resolução CONSU nº 1.527 de 04 de agosto de 2022
Projeto - Encontro Afirmativa	XXXXX
Projeto - Conferência de Estudantes Cotistas	XXXXX
Projeto - Série afirmativa	XXXXX
Projeto- PROAF nas Escolas	XXXXX
Projeto - PROAF nas Periferias	XXXXX

**Fonte:** PROAF/UNEB, 2024.

##### 1. Programa Afirmativa

- Legislação: Resolução CONSU nº 1.257, de 21 de fevereiro de 2017.
- Discussão: Este programa representa uma iniciativa abrangente da UNEB para incluir grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas e quilombolas. A resolução de 2017 formaliza essas ações, assegurando que a universidade implemente medidas concretas para aumentar a diversidade no ambiente acadêmico.

##### 2. Programa de Bolsas Apako Zabelê

- Legislação: Resolução nº 1.528, de 22 de agosto de 2022.

- Discussão: Este programa oferece bolsas para estudantes de baixa renda e grupos vulneráveis, facilitando o acesso à educação superior. A resolução de 2022 reafirma o compromisso da UNEB com a inclusão social e a igualdade de oportunidades, buscando mitigar as barreiras financeiras que dificultam a continuidade dos estudos.

### **3. Programa de Bolsas Regime de Alternância**

- Legislação: Resolução CONSU nº 1.527, de 4 de agosto de 2022.
- Discussão: Destinado a estudantes que alternam entre estudo e trabalho comunitário, este programa proporciona suporte financeiro e acadêmico. A formalização do regime de alternância através da resolução de 2022 permite que esses alunos adquiram experiência prática enquanto progredem em sua formação.

### **4. Projeto - Encontro Afirmativa**

- Legislação: Informação não especificada.
- Discussão: Os encontros promovidos por este projeto servem como um espaço de diálogo entre estudantes, professores e a comunidade, fortalecendo a rede de apoio e conscientização sobre ações afirmativas. Essas interações são fundamentais para a construção de um ambiente universitário mais inclusivo.

### **5. Projeto - Conferência de Estudantes Cotistas**

- Legislação: Informação não especificada.
- Discussão: As conferências permitem que estudantes beneficiados por políticas de cotas compartilhem suas experiências. Esse feedback é crucial para identificar áreas de melhoria nas ações afirmativas, contribuindo para um ambiente acadêmico mais acolhedor.

### **6. Projeto - Série Afirmativa**

- Legislação: Informação não especificada.
- Discussão: A série afirmativa, por meio de eventos e publicações, visa aumentar a visibilidade das políticas de ações afirmativas. Este projeto é importante para educar a comunidade universitária sobre a relevância dessas

iniciativas.

### **7. Projeto - PROAF nas Escolas**

- Legislação: Informação não especificada.
- Discussão: Este projeto leva as ações da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF) às escolas, preparando estudantes do ensino básico para a vida universitária. Essa abordagem amplia o alcance das políticas afirmativas, assegurando que mais jovens tenham acesso a oportunidades educacionais.

### **8. Projeto - PROAF nas Periferias**

- Legislação: Informação não especificada.
- Discussão: Similar ao projeto nas escolas, este leva as iniciativas afirmativas a comunidades periféricas, onde o acesso à educação superior é limitado. O foco é reduzir desigualdades educacionais, proporcionando suporte e recursos para que esses estudantes possam ingressar e se manter na universidade.

Os programas e projetos analisados, regulamentados por resoluções específicas, evidenciam o comprometimento da UNEB em promover a inclusão e a diversidade. Essas iniciativas não apenas facilitam o acesso de grupos marginalizados ao ensino superior, mas também oferecem suporte contínuo para garantir seu sucesso acadêmico e profissional. Através dessas ações, a UNEB busca criar um ambiente mais justo e equitativo, refletindo a diversidade da sociedade brasileira e contribuindo para a transformação social.

## **5 A Voz que Ecoa: Minha Trajetória Pessoal e a Formação de Identidade**

Nascido e criado no coração de um quilombo, minha vida tem sido uma constante busca por conhecimento e uma luta por justiça social. Com essa frase, inicia-se a narrativa da minha trajetória, profundamente marcada pelas experiências na Ilha de Maré, Salvador, Bahia. Neste capítulo, explorarei minha jornada educacional, desde os primeiros anos de vida até a universidade, destacando os desafios enfrentados, as conquistas alcançadas e a influência determinante da cultura quilombola e das políticas públicas em minha formação. Segundo Munanga (2019), essa vivência ajuda a compreender a formação da identidade cultural, fundamental para a autoestima da comunidade. Desde cedo, fui ensinado sobre a importância da oralidade, das práticas de cura e das celebrações que ecoam a história de resistência do nosso povo.

### **5.1 Infância na Ilha de Maré e os Primeiros Contatos com a Educação**

A história da Ilha de Maré é marcada pela formação de comunidades que, desde o período colonial, resistiram à opressão e à marginalização. A Fundação Cultural Palmares<sup>4</sup>, ao certificar a Ilha de Maré como território quilombola, reconhece a importância dessas comunidades na preservação da cultura afro-brasileira e na luta por direitos territoriais e sociais.

---

<sup>4</sup> A Fundação Cultural Palmares (FCP) é uma entidade ligada ao Ministério da Cultura (MinC). Foi estabelecida pela Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, com o objetivo de promover e preservar os valores culturais, históricos, sociais e econômicos resultantes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Disponível em: [https://www.politize.com.br/fundacao-cultural-palmares/#:~:text=A%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Cultural%20Palmares%20\(FCP,na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20sociedade%20brasileira](https://www.politize.com.br/fundacao-cultural-palmares/#:~:text=A%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Cultural%20Palmares%20(FCP,na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20sociedade%20brasileira)

**MAPA 1: Ilha da Maré**

**FONTE:** Guia turístico de Salvador

Link:

[https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.bahia.ws%2Fguia-turismo-viagem-ilha-de-mare%2F&psig=AOvVaw3lcd16k7k0YYmHlpSs2WZ\\_&ust=1736344966550000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CAMQjB1qFwoTCJiQmabj44oDFQAAAAAdA AAAABAE](https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.bahia.ws%2Fguia-turismo-viagem-ilha-de-mare%2F&psig=AOvVaw3lcd16k7k0YYmHlpSs2WZ_&ust=1736344966550000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CAMQjB1qFwoTCJiQmabj44oDFQAAAAAdA AAAABAE)

A certificação da Ilha de Maré, em 2004, pela Fundação Cultural Palmares é um passo significativo para garantir que as vozes quilombolas sejam ouvidas e respeitadas. Essa validação é crucial para a luta por direitos, acesso à educação e políticas públicas que atendam às nossas necessidades específicas. Através da educação, busco não apenas meu crescimento pessoal, mas também a promoção da cultura quilombola e a luta por justiça social.

Minha vivência na Ilha de Maré (imagem 2), em um território quilombola certificado, moldou minha identidade e meu compromisso com a preservação da cultura e a luta por direitos. A conexão com as tradições ancestrais e a valorização da nossa história são fundamentais para a construção de um futuro mais justo e igualitário. Ao olhar para o futuro, meu objetivo é ser um agente de transformação, contribuindo para que as novas gerações de quilombolas possam reconhecer e valorizar suas raízes, assim como eu fiz.

**IMAGEM 2:** Única foto que restou da minha infância



**FONTE:** Arquivo Pessoal, 2024.

Esta imagem é uma preciosa lembrança da minha infância na comunidade quilombola de Ilha de Maré. Eu sou o menino com bico, que pode ser visto junto a um grupo de crianças e um adulto em frente a uma casa. Todos estavam vestidos com roupas de banho, sugerindo que estávamos em um momento de lazer, possivelmente perto de uma praia ou piscina. A casa ao fundo, com sua porta e janela, cercada por algumas plantas, é um testemunho do ambiente acolhedor da comunidade.

Este registro captura a essência das minhas vivências enquanto crescia em um quilombo. Cada detalhe, desde as roupas de banho até a presença de meus amigos e familiares, remete às tradições e valores que moldaram minha identidade. Essas memórias são parte fundamental da minha história e refletem a rica herança cultural que permeia a vida na comunidade quilombola, onde os laços familiares e comunitários são fortalecidos a cada dia.

Crescer na Ilha de Maré (imagem 3) foi, para mim, uma experiência profundamente imersiva nos valores ancestrais e culturais que moldaram minha identidade. Desde cedo, fui cercado por práticas que refletem a riqueza da cultura quilombola, como os processos de cura realizados por rezadeiras, os banhos de folhas e a prática da religião de matriz africana. Essas tradições não apenas me ensinaram sobre a importância da espiritualidade e da conexão com a natureza, mas também fortaleceram meus laços com a comunidade.

**IMAGEM 3:** Quilombo Ilha da Maré





**FONTE:** Arquivo Pessoal, 2024.

Nesse sentido, a vivência cotidiana na Ilha de Maré me proporcionou uma compreensão profunda da importância da preservação e valorização da nossa cultura. As cantigas, danças e celebrações que fazem parte da vida comunitária não são apenas formas de entretenimento, mas também meios de transmitir conhecimentos e valores de geração em geração. Por exemplo, a cantiga que diz “Tem pena dela, têm por amor, não maltrate essa ilha, tenha cuidado por favor” é um exemplo claro de como a educação e a cultura estão entrelaçadas, promovendo a conscientização sobre a preservação do meio ambiente e a valorização do nosso território.

Dessa forma, a convivência com pessoas que compartilham uma história comum e que valorizam suas raízes culturais me ensinou a importância de lutar pela nossa visibilidade e reconhecimento. Essa identidade não é apenas um rótulo, mas um conjunto de experiências e práticas que nos conectam e nos fortalecem como comunidade.

## **5.2 A Escola Nossa Senhora das Candeias e Minha Vivência Educacional**

Minha trajetória educacional começou na Escola Nossa Senhora das Candeias (imagem 4), uma instituição que, apesar de suas limitações estruturais —

como o chão de barro e a simplicidade das instalações, e até falta de fachada, indicando que é uma escola — desempenhou um papel crucial na formação da minha identidade e na minha experiência educacional. Este ambiente, com todas as suas precariedades, era um espaço onde a educação transcendeu a mera transmissão de conteúdos; tornou-se uma prática cultural e um ato de resistência.

**IMAGEM 4:** Escola Nossa Senhora das Candeias



**FONTE:** Paulo Oliveira, 2024.

Link: <https://images.app.goo.gl/2D5yCTq96vEiasdMA>

Localizada em um território quilombola, a Escola Nossa Senhora das Candeias se destacava não apenas pela sua infraestrutura simples, mas também por sua missão de preservar e valorizar a cultura local. As escolas em comunidades quilombolas frequentemente enfrentam desafios, incluindo a falta de recursos e de políticas públicas adequadas. No entanto, a educação nessas comunidades é vital, pois serve como um meio de afirmação identitária e de reflexão crítica sobre a realidade social.

Um dos aspectos mais marcantes da minha experiência na escola foi a presença da professora Ziza, carinhosamente chamada de Pró Ziza. Ela não era apenas uma educadora; era uma verdadeira guardiã da nossa cultura. Sua abordagem ao ensino ia além da sala de aula. Ela trazia para as lições elementos da cultura afro-brasileira, da história local e dos costumes da comunidade, promovendo um aprendizado que respeitava e valorizava a identidade quilombola. Esta pedagogia cultural, onde a educação e a cultura se entrelaçam, ressoa com a visão

de educadores que entendem que a escola deve ser um espaço de resistência e a educação um ato político.

A maneira como Pró Ziza nos apresentava o conhecimento despertou em mim a curiosidade e o gosto pelo aprendizado. Mesmo em um ambiente com recursos limitados, ela conseguia nos motivar, mostrando que a educação era uma forma de transformação e empoderamento. Essa vivência reforçou em mim a ideia de que o espaço educativo deve ir além da formalidade, deve ser um lugar de troca e construção coletiva de saberes.

Atividades como o maculelê, o bumba meu boi e as cantigas de roda não eram apenas formas de entretenimento, mas também representavam um elo com a identidade da comunidade. Essas expressões culturais ajudavam a colocar em destaque a relação dos moradores com a ilha e seus ensinamentos sobre a vida em harmonia com o ambiente.

Essa conexão entre educação e cultura foi essencial para meu desenvolvimento, tornando-me parte ativa de um processo mais amplo de conscientização e preservação. A escola, em sua simplicidade, servia como um espaço onde a cultura quilombola era celebrada, promovendo não somente o aprendizado acadêmico, mas também um forte senso de pertencimento e responsabilidade. Essas experiências de aprendizado cultural estavam interligadas com valores de respeito à natureza e à comunidade, fortalecendo laços de união e de identidade que moldariam minha visão de mundo.

Essa rica vivência cultural foi fundamental não apenas para a minha educação, mas também para me instigar a valorizar e preservar as tradições quilombolas. A educação que se manifestava através das danças e músicas moldou meu entendimento sobre a importância de cuidar do nosso território e criar uma consciência crítica, aspectos que continuo a defender e praticar em minha jornada.

A experiência na Escola Nossa Senhora das Candeias exemplifica a ideia de que a educação é um ato político e transformador. Através de uma educação que promove a reflexão sobre a identidade e a cultura quilombola, conseguimos entender melhor nosso lugar no mundo e as lutas históricas que enfrentamos. O processo de aprender as primeiras letras não foi apenas sobre decifrar palavras; foi um ato de reivindicação da nossa história e do nosso lugar como sujeitos de direitos.

Esse entendimento é essencial para a formação de cidadãos conscientes e críticos, que reconhecem a importância de sua história e cultura. A experiência na

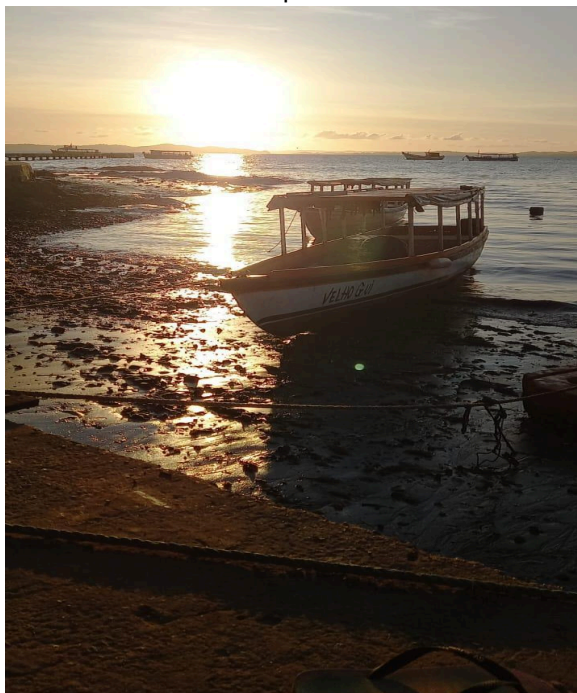
escola, com uma educadora tão comprometida, solidificou a importância de defendermos políticas públicas que garantam a permanência de práticas educativas que valorizem as culturas locais e cuidem da formação integral dos jovens quilombolas.

Minha vivência na Escola Nossa Senhora das Candeias não apenas me proporcionou as bases do conhecimento formal, mas também me ensinou sobre a importância da preservação cultural e do papel transformador da educação. Mesmo em meio a dificuldades, a figura de Pró Ziza e o ambiente educativo que ela cultivou foram fundamentais para moldar minha identidade e minha visão de mundo. Ao olhar para o futuro, levo comigo a responsabilidade de perpetuar esses valores, lutando por uma educação que, assim como a minha, valorize as raízes culturais e a história das comunidades quilombolas, formando novos líderes que reconheçam seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **5.3 A Transição para o Continente: Desafios e Crescimento Pessoal**

A mudança para estudar no continente foi um ponto crucial na minha jornada educacional. Essa experiência foi mais do que uma simples mudança de geografia; envolveu uma série de desafios emocionais e físicos que foram fundamentais para minha formação.

**IMAGEM 5:** Meio turístico que marcou a minha travessia



**FONTE:** Arquivo Pessoal, 2024.

Assim, a travessia diária de barco representava um verdadeiro teste de resiliência. Enfrentava mares muitas vezes revoltos e constantemente lidava com o enjoo e os imprevistos, como acidentes que resultaram na perda de materiais escolares. Essas dificuldades, no entanto, não apenas complicam o deslocamento, mas também simbolizava um novo ciclo de vida. O contato com a realidade urbana e suas desigualdades exigiu uma adaptação rápida e muita coragem.

Durante esse período desafiador, o apoio da minha família foi imprescindível. Embora enfrentamos limitações financeiras, a unidade e o suporte emocional que recebi serviram como uma base sólida para minha perseverança. Compreendi, então, a importância do esforço coletivo da minha comunidade e da minha família na superação das adversidades, o que me motivou a continuar me dedicando aos estudos.

Ademais, no Ensino Médio, tive a sorte de ser aluno do professor Antônio Vieira, uma figura inspiradora na minha vida. Suas aulas de redação despertaram minha paixão pela escrita e solidificaram meu sonho de me tornar educador. Ele tinha uma fé inabalável em meu potencial e sempre dizia que um dia eu estaria em uma sala de aula, mas como professor, não como aluno. Essas palavras não só me motivaram, mas também moldaram minha visão sobre a educação como um instrumento de transformação social.

A abordagem pedagógica do professor Vieira, fundamentada nas ideias de Paulo Freire, enfatizava a conscientização e a valorização da cultura popular. Essa perspectiva me fez enxergar a educação de uma forma nova, como um processo libertador que poderia abrir portas e proporcionar mudanças significativas na vida das pessoas. A relação de mentor e aprendiz que estabeleci com ele ressaltou a importância de ter referências positivas em ambientes educacionais, especialmente em contextos que enfrentam desafios sociais.

Sendo assim, foi por meio da escrita que encontrei um meio poderoso de expressar minhas vivências e reflexões sobre a minha trajetória. Esse período no Ensino Médio foi fundamental para consolidar não apenas meu desejo de ensinar, mas também minha convicção de que a educação é uma ferramenta vital para a transformação social. A escrita se tornou um veículo para contar minha história e abordar as questões que permeavam a realidade da minha comunidade.

Dessa forma, a transição para o continente e as experiências que vivi nesse período, moldaram não apenas minha formação acadêmica, mas também minha identidade. Os desafios enfrentados na travessia e a resiliência da minha família foram cruciais, assim como a influência positiva do professor Antônio Vieira. Essas vivências reforçaram em mim a importância da educação como um caminho para a emancipação e a transformação social. Hoje, busco perpetuar essa jornada como educador, acreditando no poder da educação de mudar realidades e inspirar novas gerações a sonhar e lutar por um futuro melhor.

### **5.4 3**

#### **A Universidade e o Compromisso Social**

Gonçalves (2017) destaca que a falta de políticas públicas efetivas e a precariedade das condições socioeconômicas impactam diretamente a trajetória acadêmica dos estudantes quilombolas. Em minha vivência, a decisão de deixar minha família na Ilha de Maré foi dolorosa, pois eu era uma figura central no suporte doméstico. A realidade financeira da minha família limitava as possibilidades de apoio, e nos dois primeiros anos de universidade, enfrentei incertezas financeiras significativas. Dependia do apoio limitado de familiares que sacrificavam recursos

para que eu pudesse me manter estudando, o que é um reflexo da situação descrita por Gonçalves (2017), onde muitos estudantes quilombolas se veem obrigados a lidar com a escassez de recursos e a necessidade de contribuir para a renda familiar.

A dissertação de Gonçalves (2017) também menciona a importância das políticas de assistência estudantil, que são fundamentais para a permanência dos estudantes quilombolas na universidade. No meu caso, programas como o Bolsa Família e o Mais Futuro foram essenciais para que eu pudesse continuar meus estudos. Essas políticas, embora ainda insuficientes, representam um avanço em relação ao passado, quando o acesso à educação superior era quase impossível para muitos quilombolas. A Lei 10.639/2003 é um exemplo de como a educação pode ser um espaço de resistência e valorização da identidade, mas ainda há uma luta constante por mais políticas inclusivas que atendam às necessidades específicas dos estudantes quilombolas.

Além das dificuldades financeiras, Gonçalves (2017) aponta que os estudantes quilombolas enfrentam desafios emocionais significativos, que podem afetar seu desempenho acadêmico. A transição para a vida universitária, longe da família e da comunidade, pode gerar sentimentos de solidão e insegurança. Para mim, deixar a Ilha de Maré significou não apenas uma mudança de ambiente, mas também uma ruptura com a rede de apoio que sempre esteve presente. Essa experiência de deslocamento e a pressão para ter sucesso em um ambiente muitas vezes hostil à diversidade cultural podem ser desestabilizadoras. A luta por mais políticas inclusivas é uma constante, e minha vivência na UNEB reflete essa necessidade. Embora tenha encontrado apoio em programas de assistência, a realidade é que muitos estudantes ainda enfrentam barreiras que dificultam sua trajetória acadêmica.

No mais, os desafios enfrentados por estudantes quilombolas na universidade, conforme discutido por Ana Cláudia Gonçalves (2017), são complexos e multifacetados, envolvendo questões financeiras, emocionais e de identidade. Minha experiência na UNEB, marcada por dificuldades financeiras e a necessidade de políticas de assistência, ilustra a importância de um compromisso contínuo com a inclusão e a valorização da identidade quilombola no ambiente acadêmico. A luta por uma educação que reconheça e valorize as culturas quilombolas é essencial para

garantir que novas gerações possam acessar e concluir seus estudos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

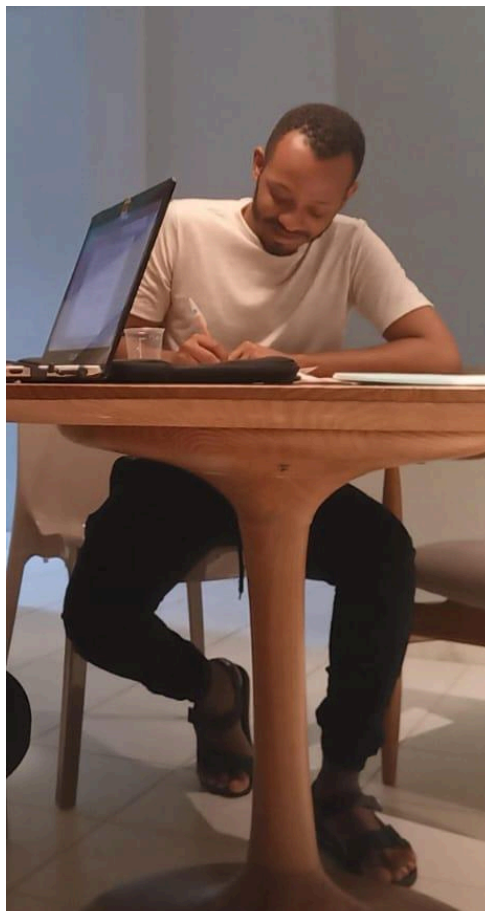
### 5.5 O Compromisso com a Mudança Social

Minhas vivências enquanto quilombola reforçaram profundamente meu compromisso com a justiça social e a valorização da identidade étnica<sup>5</sup>, um compromisso que ecoa as reflexões de Kabengele Munanga (2019) sobre a importância da mudança social e do reconhecimento das culturas afro-brasileiras. A experiência vivida em um contexto comunitário e a luta por uma educação que não apenas instrua, mas que também forme cidadãos críticos e conscientes (imagem 6), são fundamentais para a efetivação desse compromisso.

**IMAGEM 6:** Imagem minha estudando

---

<sup>5</sup> A identidade étnica refere-se ao conjunto de características que define um grupo étnico, envolvendo aspectos como cultura, história, língua e traços físicos que criam um senso de pertencimento entre seus membros. Ela é fundamental na forma como os indivíduos se percebem e se relacionam socialmente, manifestando-se em símbolos, tradições e práticas culturais. (Pizzinato, Sarriera, 2004). Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942004000100002#:~:text=A%20identidade%20%C3%A9tnica%20%C3%A9%20uma,2000%2C%20Pizzinato%2C%202003](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942004000100002#:~:text=A%20identidade%20%C3%A9tnica%20%C3%A9%20uma,2000%2C%20Pizzinato%2C%202003)).



**FONTE:** Arquivo Pessoal, 2024.

Munanga (2019) enfatiza que a educação é um campo de luta, um espaço onde identidades culturais podem ser afirmadas e onde os sujeitos podem se emancipar (Imagem 6). Este conceito ressoa com a minha própria experiência, pois percebo a educação como uma ferramenta essencial para a transformação social. Quando afirmamos que a educação deve ser vista como um direito fundamental, reconhecemos o papel crucial que ela desempenha na promoção da igualdade e no combate à marginalização. Com isso, a educação é um meio de emancipação que transcende o acesso ao conhecimento técnico; ela deve promover a formação da cidadania e da consciência crítica.

A valorização da identidade quilombola é um aspecto central do compromisso social de Munanga (2019). As comunidades quilombolas possuem uma rica herança cultural que precisa ser reconhecida e celebrada. A integração de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira nas escolas é uma forma de reafirmar a identidade e de combater o racismo institucionalizado. Em minha trajetória, a presença de educadores que reconhecem e valorizam essas identidades foram fundamental para minha construção identitária. Munanga (2019) argumenta que, ao valorizar a cultura

afro-brasileira, não apenas fortalecemos a identidade dos indivíduos, mas também enriquecemos a sociedade como um todo.

Um dos objetivos que me proponho para o futuro é contribuir para a formação de novas gerações de líderes conscientes de sua história e de sua identidade. Munanga (2019) alegra-se com a ideia de que essas lideranças podem emergir em um contexto onde as vozes quilombolas são ouvidas e respeitadas. É essencial que os jovens quilombolas tenham acesso a uma educação que os capacite, não apenas academicamente, mas também politicamente, permitindo-lhes assumir um papel ativo na luta por seus direitos e pela justiça social. A experiência de estar em um ambiente acadêmico, cercado por outros quilombolas, é um convite à reflexão sobre nossa posição no mundo e sobre as responsabilidades que temos para com nossa comunidade.

O compromisso com a mudança social, requer uma abordagem coletiva e integrada. A transformação das relações sociais e a promoção da igualdade exigem esforços conjuntos de indivíduos, comunidades, instituições e o Estado. Minhas vivências demonstram que a mudança social não ocorre isoladamente; ela é fruto de um trabalho colaborativo em que todos compartilham a responsabilidade de edificar uma sociedade mais justa.

Em resumo, meu compromisso com a justiça social e a valorização da identidade quilombola está profundamente alinhado com as ideias de Munanga (2019) sobre a importância da educação como ferramenta de mudança social. A luta por uma educação que reconheça e celebre nossas identidades é vital para formar novas gerações que não apenas conhecem sua história, mas que também estão prontas para lutar por um futuro mais igualitário.

O caminho que estou construindo (imagem 7) é, portanto, uma continuidade desse compromisso, onde a educação se torna uma ponte para a transformação e para a celebração da rica herança cultural quilombola. É através desse trabalho que se tornam reais as possibilidades de um futuro mais justo e plural, onde todas as vozes, especialmente as quilombolas, são valorizadas e respeitadas.

**IMAGEM 7:** Meu eu do presente que aceita a mudança e transformação social



Este trabalho teve como objetivo analisar as maneiras pelas quais as políticas de ações afirmativas na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) têm contribuído para o acesso, permanência e conclusão de estudantes quilombolas no ensino superior. Através da análise da minha trajetória pessoal, busquei refletir sobre os desafios enfrentados por esses estudantes e a importância das políticas públicas para a inclusão educacional de grupos historicamente marginalizados.

Compreendo que a promoção do acesso à universidade, especialmente para jovens oriundos das camadas populares, e a implementação de programas de permanência são passos fundamentais para a democratização do ensino superior. No entanto, é importante ressaltar que, embora o acesso seja um avanço significativo, ele por si só não garante a conclusão do curso. Estudantes quilombolas enfrentam muitos desafios ao longo de sua trajetória acadêmica, que incluem não apenas as dificuldades financeiras, mas também a falta de suporte acadêmico e psicológico adequado para lidar com as especificidades de sua vivência e identidade cultural.

A assistência estudantil tem se mostrado um fator crucial para garantir a permanência desses estudantes na universidade. No entanto, a efetividade dessa assistência depende do acesso à informação e dos recursos adequados para que os estudantes possam usufruir desses benefícios. Muitas vezes, a falta de conhecimento sobre os programas de apoio disponíveis, ou a dificuldade de acesso a esses recursos, representa um obstáculo adicional para os alunos que já enfrentam desafios significativos. Além disso, é fundamental que as universidades adotem uma abordagem mais inclusiva, que não apenas facilite o ingresso, mas também ofereça condições concretas para que esses estudantes possam concluir seus cursos com sucesso.

A análise das políticas de ações afirmativas da UNEB evidencia que, embora existam avanços significativos, ainda há muito a ser feito para garantir que a inclusão educacional se traduza em uma verdadeira equidade. A implementação de ações afirmativas deve ser acompanhada de medidas que considerem as especificidades culturais e sociais dos estudantes quilombolas, proporcionando não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico.

Concluo este trabalho com a convicção de que a educação é, de fato, um instrumento de transformação social. No entanto, essa transformação só será plena quando todas as barreiras que dificultam o acesso e a permanência de

estudantes quilombolas na universidade forem superadas. A criação de espaços mais inclusivos e a ampliação do apoio institucional são essenciais para que, além de acessarem o ensino superior, esses estudantes possam completar seus cursos com êxito, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Como proposta para um trabalho futuro, o objetivo é ampliar a análise, investigando a trajetória de outros estudantes quilombolas da Ilha de Maré. A ideia é criar condições para que elas possam se expressar e ser ouvidas, destacando suas experiências, ampliando a compreensão sobre os problemas enfrentados por essa comunidade e contribuindo para a criação de políticas públicas mais eficientes para garantir o acesso, a permanência e a conclusão do ensino superior para esses estudantes. Esse trabalho futuro buscará não apenas documentar suas histórias, mas também fortalecer o movimento de resistência e afirmação da identidade quilombola no contexto educacional, contribuindo para uma educação mais inclusiva e transformadora para todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Altera a Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, 2023.

BRASIL. **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA**. Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades. Disponível em: [Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades](#). Acesso em: 01 dez. 2024.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, p. 539-564, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Ana Cláudia. **Políticas públicas para quilombolas: a construção da cidadania na comunidade remanescente de quilombo do baú**. 2017.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula**. Novos estudos CEBRAP, p. 77-95, 2010. Disponível em: [Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula](#). Acesso em: 22 ago. 20124.

LIMA, Paulo Gomes. A universidade no Brasil e políticas de ações afirmativas. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 11, n. 44, p. 156-170, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639983/7543>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **Identidade quilombola e território. Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação**. Belém, v. 21, p. 399-421, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Autêntica Editora, 2019.

PEREIRA, Sueli Menezes; ZIENTARSKI, Clarice. Políticas de ações afirmativas e pobreza no Brasil. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 92, n. 232, p. 493-515, 2011.

SANTOS, Marcio André dos. Negritudes posicionadas: as muitas formas da identidade negra no Brasil. **Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia**, v. 1, n. 5/6, 2010.

SILVA, Lucimara Pereira et al. **MITO DA DEMOCRACIA RACIAL**. *Estudos lat*, v. 12, n. 1, 2024.

UNEB. UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Resolução nº 2.243**, de 2024. Dispõe sobre políticas de ações afirmativas e inclusão social. Diário Oficial do Estado da Bahia, 16/05/2024. Disponível em: [RESOLUÇÃO Nº 2.243/2024](#). Acesso em: 01 out. 2024.